

Esquerdas se unem em novo bloco

Fundam grupo antidireita para se opor aos moderados no plenário



Lula (PT), Luiz Salomão (PDT) e Augusto Carvalho (PCB): esquerdas unidas

Só falta Zeus no Olimpo de Ulysses

Depois dos projetos Tântalo, Icaro e Hércules, todos de autoria do Grupo dos 32, coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR), a Assembleia Nacional Constituinte confirma sua vocação para tragédias gregas: o Partido Democrata Cristão encaminhou ao presidente Ulysses Guimarães seu próprio projeto, com 221 artigos, denominado Apolo.

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, parece até um pouco aturdido com tantos projetos e seus nomes de origem helênica. Indagado sobre o conteúdo do Projeto Hércules, ele ironizou: "Vamos esperar que saia logo o Zeus". Seria o definitivo, acima de todos os outros personagens mitológicos.

Parlamentarismo, voto distrital puro, criação de novos Estados, salário mínimo de 15 OTNs, inscrição eleitoral facultativa aos 16 anos e obrigatoriedade aos 18, construção de 1 milhão e 500 mil casas populares em dois anos e assentamento de um milhão de famílias no mesmo período, são alguns dos dispositivos do Projeto Apolo, encaminhado ontem, na sessão da Assembleia Nacional Constituinte, pelo deputado Siqueira Campos (PDC-

GO) ao presidente Ulysses Guimarães.

"Uma contribuição que reflita, em todos os seus aspectos, os fundamentos da moderna e sempre atual proposta da Democracia Cristã" é o que oferece ao relator da Comissão de Sistematização o Projeto Apolo, formado por 12 emendas de plenário. Segundo Siqueira Campos, "tudo que pareceu consonante com as linhas programáticas do PDC", encontrado no projeto de Constituição de Bernardo Cabral, foi acolhido pela proposta, com o acréscimo de sugestões de diversos setores da sociedade brasileira.

Não é uma "Constituição paralela" e o nome, embora trazendo para a Constituinte mais uma figura mitológica, tem a ver com o símbolo do Partido, representado por um sol, como explicou Siqueira Campos. "Esta proposta, que espero ver apoiada pela Democracia Cristã Brasileira e acolhida, mesmo que em apenas um único dispositivo, pelo eminente relator, define de forma cristalina algumas questões principais, que preocupam amplos setores da Nação", acrescentou o vice-líder do PDC na apresentação do texto.

D. Pedro III pode ser nossa saída

MARBA FURTADO
Da Editoria de Política

Se o povo quiser, em 1993 Dom Pedro III será coroa do Imperador do Brasil. Ocupará outra capital e outros palácios; terá o dever de reinar e um primeiro-ministro como chefe de Governo e o País ganhará um verdadeiro "seguro anti-golpe". Estes são alguns itens embutidos na emenda monarquista que chegou até a Comissão de Sistematização com 45 mil assinaturas, para surpresa até do deputado Cunha Bueno (PDS/SP), autor e defensor da proposta de uma monarquia parlamentarista para o País.

"Não pensei que houvesse tantos monarquistas no Brasil", assegurou Cunha Bueno logo depois de defender da tribuna da Assembleia Nacional Constituinte a instalação de um plebiscito para que o povo pense e vote sobre a matéria. Convicto de que a República brasileira não deu certo ele acha que, ao invés de insistir neste sistema de Governo, se deve dar à população o direito de opinar se quer continuar sendo republicano ou voltar a ser monarquista.

Ele está consciente, também, que hoje todos os monarquistas no Brasil são subversivos. A Constituição deixa claro em seu artigo 47, parágrafo 1º, que "não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República". Cunha Bueno constata, com pesar, que até o anteprojeto elaborado pela comissão Afonso Arinos (que serviria de base para a elaboração da nova carta) proíbe esta discussão, e não concorda com estes dispositivos. "Somos todos subversivos", lembra, englobando neste quadro as três entidades que endossam a emenda popular de 45 mil assinaturas: Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos (do Rio Grande do Sul), Circulo Monárquico (Belo Horizonte) e Instituto de Pesquisa Monárquica (Rio de Janeiro). São 98 anos de República e apenas oito de estabilidade. Só Campos Salles e Juscelino Kubitschek concluíram seus mandatos sem se verem envolvidos pela expectativa de golpes e estados de sítio. O próprio marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República, antes de morrer declarou que "coisa pior para o Brasil não poderia existir". Além disso, a monarquia é muito mais barata que a República, tanto que o orçamento do Palácio de Buckingham da Inglaterra é 22 por cento menor que o do Palácio do Planalto. Estes são alguns dos argumentos levantados por Cunha Bueno para defender uma monarquia parlamentarista moderna, como a da Espanha.

Em matéria de monarquia, ele se mostra um profundo conhecedor e sempre lança a pergunta: "Você já parou para pensar por que é republicano?". Para ele a imposição deste sistema de Governo é inadmissível e por isto se torna urgente a consulta popular respaldada pela nova Constituição. Um plebiscito em 1993 daria tempo, segundo ele, do povo pensar e avaliar que nem mesmo o parlamentarismo misto será adequado para o Brasil. "Ao mesmo tempo", garante, "será um seguro antigolpe, pois neutralizará os freqüentes tropeços do atual sistema e o desempenho do próximo presidente".

Para Cunha Bueno, a definição do sistema de Governo e fundamental, para partir dela se definirem todas as outras questões polêmicas e vitais para a sociedade brasileira. "E sobre o fundamental, por que não consultar o povo?", questiona ainda. A perspectiva da consulta gerará, segundo ele, toda uma avaliação do sistema republicano. "Temos a memória curta. Todo mundo se lembra do golpe de 64, mas não do de 32, muito menos do golpe de 1889. A instalação da República foi sangrenta, cheia de fuzilamentos e de revoltas", argumentou ainda.

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Primeiro foi o bloco dos 32, conservador. Depois, o grupo do consenso, progressista. Agora, é a esquerda da Constituinte que se agrupa para tentar aprovar as suas teses. Composto por mais de cem parlamentares, do PDT, PT, PCB, PC e do B e PSB, além de cerca de quarenta peemedebistas integrantes do MUP, o "Grupo Antidireita" apresentou um conjunto de quinze emendas ao projeto constitucional, dispondo sobre temas considerados "fundamentais".

Além do encaminhamento das propostas, o grupo também definiu a estratégia que utilizará para garantir a aprovação de avanços progressistas na Constituinte. A idéia é poliarizar com a direita em plenário, fazendo com que os conservadores revelem claramente suas posições já nesta fase de discussão do projeto constitucional. A partir daí, sindicatos e associações serão convocados a organizarem a mobilização popular que, acreditam os esquerdistas, terá o condão de reverter estas posições.

TEMAS

As emendas do "Grupo Antidireita" são praticamente opostas ao que prevê o chamado "Projeto Hércules", resultante do acordo entre os blocos do consenso e dos 32. Depois de longas discussões, os esquerdistas conseguiram firmar entendimento em torno de quinze dos temas mais polêmicos da Consti-

tução, deixando de lado apenas a questão do regime do Governo, em torno da qual o consenso foi considerado "impossível".

Em relação à anistia para os cassados, o grupo prevê a reincorporação dos militares e o pagamento de todos os atrasados. Já quanto à reforma agrária, são estabelecidos dois limites: um máximo, além do qual qualquer propriedade é passível de desapropriação; e outro mínimo de 300 módulos, abaixo do qual nenhuma propriedade pode ser atingida pela reforma. O objetivo, segundo explicou o deputado comunista Augusto Carvalho, é evitar que a UDR continue a arvorar-se em defensora dos interesses dos pequenos fazendeiros.

Enquanto o "Projeto Hércules" remete à legislação ordinária todo o detalhamento quanto à empresa nacional, a emenda dos esquerdistas a respeito do assunto é extensa e minuciosa. Eles pretendem amarrar na Constituição todos os avanços possíveis, com o objetivo de neutralizar desde já "qualquer manobra entreguista" no momento da votação da lei complementar.

O bloco também propõe a eliminação do voto distrital do projeto de Constituição. Na opinião unânime dos seus integrantes, este dispositivo foi inserido com o objetivo de inviabilizar eleitoralmente os partidos pequenos. Outra proposta é democratizar a legislação partidária, facilitando o surgimento de novas legendas.

Como se poderia esperar, em se tratando de emendas

da esquerda, a estatização é objeto de várias sugestões. Uma delas estatiza todo o sistema financeiro, prevendo até a nacionalização dos bancos estrangeiros. Uma outra estabelece o monopólio estatal sobre as riquezas do subsolo. E uma terceira determina que as verbas do Governo só serão destinadas às escolas da rede oficial.

Outra proposta previsível é a que fixa a duração do mandato do presidente Sarney: 4 anos. Surpreende, contudo, a emenda que convoca eleições gerais para o próximo ano: a esquerda deseja que, tão logo se encerrem os trabalhos da Constituinte, sejam convocadas eleições gerais em todos os níveis, de vereador a presidente da República.

Se o relator Bernardo Cabral acatar as sugestões do grupo, o Conselho de Estado será suprimido e o Estado de Defesa bastante suavizado. Ao mesmo tempo, será criado um Conselho de Comunicação para decidir sobre as condições de emissoras de rádio e televisão. E mais: a reserva de mercado permanecerá na área da informática, sendo ampliada para as atividades tecnológicas de ponta.

As disposições transitórias da futura Constituição também não escaparam às emendas esquerdistas. O bloco propõe que seja incluído naquele capítulo um dispositivo determinando a suspensão do pagamento da dívida externa até a conclusão de auditoria política dos contratos. Só depois disto é que a parte do débito considerada "legítima" voltaria a ser amortizada.

Sem Cabral, relatores tiram PM do Exército

As polícias militares não serão mais subordinadas ao Exército, de acordo com proposta dos relatores da Comissão de Sistematização, que se reuniram ontem no 14º andar do edifício-sede do Banco do Brasil para elaborar um substitutivo ao projeto constitucional. Os relatores, sem a presença de Bernardo Cabral, decidiram suprimir do projeto a afirmação de que as polícias militares "são forças auxiliares do Exército e reserva deste para fins de mobilização" e assim colocar as

As polícias militares não serão mais subordinadas ao Exército, de acordo com proposta dos relatores da Comissão de Sistematização, que se reuniram ontem no 14º andar do edifício-sede do Banco do Brasil para elaborar um substitutivo ao projeto constitucional. Os relatores, sem a presença de Bernardo Cabral, decidiram suprimir do projeto a afirmação de que as polícias militares "são forças auxiliares do Exército e reserva deste para fins de mobilização" e assim colocar as PMs sob a autoridade dos governadores dos estados. Esta modificação contraria a posição do Ministério do Exército, expressa em livreto produzido pelo Centro de Comunicação Social, intitulado "Temas Constitucionais — subsídios".

Em relação às polícias militares, o Exército afirma que "há exigências de planejamento integrado das polícias militares com o Exército, tendo em vista situações de excepcionalidade". Segundo o livreto, "em não sendo as polícias militares reservas do Exército, haverá necessidade de aumento de efetivo da Força de Terra, criando-se uma Guarda Territorial de pelo menos

150 mil homens, o que oneraria, pesadamente, os orçamentos da União". O Exército sustenta também que os 300 mil homens da Polícia Militar podem, "de forma prática e racional, prestar a sua colaboração na manutenção da ordem pública e auxiliar as Forças Armadas, nos aspectos mais abrangentes da Segurança Nacional".

Ontem, os relatores-adjuntos examinaram — sem a presença do relator Bernardo Cabral — os itens segurança pública, Forças Armadas, defesa do Estado, finanças públicas e orçamento. Sobre segurança pública, haverá um só artigo (no projeto há cinco), definindo que ela será garantida pelas polícias militar, civil, federal e corpo de bombeiros. As atribuições das polícias ficarão para a legislação ordinária.

Quando ao papel das Forças Armadas, o texto ficou inalterado — defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem —, mas o debate não foi concluído: ele prosseguirá amanhã, em reunião entre o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), os líderes no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), na Câmara, Luiz Henrique (SC) e na Constituinte, Mário Covas (SP), e o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA). O senador Fernando Henrique defende a necessidade de se explicitar que a ordem a ser garantida é a constitucional.

Os relatores resolveram manter o Estado de Defesa e o Estado de Sítio, mas estabeleceram um rigor maior na prestação de contas que o Governo deverá fazer ao Congresso, durante esses períodos excepcionais. Qualquer medida adotada durante o Estado de

Sítio e o Estado de Defesa será passível de recurso ao Judiciário.

ORÇAMENTO

Na definição sobre o Orçamento, segundo o deputado José Serra (PMDB-SP), o projeto foi reduzido em mais de cinquenta por cento, mas o conteúdo foi mantido. A União terá que apresentar anualmente ao Congresso três orçamentos: o fiscal, o de investimentos das estatais e o da previdência ou seguridade social. Serão submetidos ao Legislativo o plano plurianual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias (no 1º semestre) e o orçamento fiscal (no segundo semestre). Pelo esboço de substitutivo, segundo Serra, "fica impossível o Governo gastar sem ter autorização do Congresso Nacional".

Haverá a previsão de uma lei — e não código — para finanças públicas e outra para o sistema financeiro privado. Uma comissão orçamentária mista e permanente irá acompanhar toda a execução orçamentária, e fica vedado aos estados utilizar mais de 65% de suas receitas em despesas com pessoal. A parte sobre Orçamento terá apenas seis artigos — no projeto há catorze —, e manterá a obrigatoriedade de os reajustes e contratações na administração direta e nas autarquias serem feitos através da lei de diretrizes orçamentárias.

A tarde, os relatores-adjuntos discutiram os itens tributos e seguridade. Fernando Henrique antecipou de manhã que uma questão complexa na parte sobre seguridade é a de quanto custarão as vantagens previstas no projeto constitucional, e se o País "agüentará" atendê-las.

Ulysses não larga Constituição

O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) afirmou, ontem, que durante o período em que ocupar a Presidência da República, pretende continuar a desenvolver o trabalho de coordenação da elaboração do novo anteprojeto constitucional. Ainda hoje o grupo de relatores adjuntos e de campo, que vêm se reunindo sem a presença do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), mas sob o comando de Ulysses, deverá ter concluído um rascunho do texto do anteprojeto. Essa minuta será colocada em discussão numa reunião amanhã, pela manhã, na residência do dirigente peemedebista, da qual devem participar os líderes do PMDB, senadores Mário Covas e Fernando Henrique e o deputado Luís Henrique, além do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

A ausência do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) nas últimas

reuniões tem provocado freqüentes queixas de seus colegas de trabalho. Na entrevista que concedeu à tarde, Fernando Henrique, ao comentar a falta do relator, disse: "O Cabral está em outras funções". Já Ulysses preferiu lembrar que "o papel que tenho é de grande responsabilidade na Constituinte. A presidência da Assembleia não é só comparecer às votações, sentar na cadeira e colher os votos".

Ao garantir que as negociações sobre os temas polêmicos serão intensificadas esta semana — "mesmo na Presidência da República vou me interessar por esses problemas" — Ulysses explicou que vem buscando, em sua missão de coordenador, "se valer do trabalho de vários grupos". Estiveram presentes à reunião que começou por volta das 15 horas e continuou após as 19h00, os ministros da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, e do Trabalho,

Almir Pazzianotto, além dos líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique, do Governo, Carlos Sant'Anna, os relatores-adjuntos, deputado Nelson Jobim (PMDB/RS) e senador Wilson Martins (PMDB/MS), e os deputados José Serra (PMDB/SP) e Vivaldo Barbosa (PDT/RJ).

Serra foi à reunião para defender as posições aprovadas na Comissão do Sistema Tributário. O deputado paulista e o secretário da Receita Federal tiveram uma longa discussão sobre reforma tributária e questão dos impostos. Segundo José Serra, foram decididas modificações na fixação da progressividade do imposto de renda. O ministro Raphael de Almeida deu sugestões sobre a parte pertinente à seguridade, enquanto Pazzianotto falou sobre questões trabalhistas que estão gerando as maiores polêmicas na Constituinte, como a estabilidade no emprego e jornada de trabalho.